

SILÊNCIOS E SUSSURROS: A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM 40 ANOS DE OIKOS

SILENCES AND WHISPERS: CHILDHOOD AND ADOLESCENCE IN 40 YEARS OF OIKOS

SILENCIOS Y SUSURROS: INFANCIA Y ADOLESCENCIA EN 40 AÑOS DE OIKOS

Maria de Lourdes Mattos Barreto¹
Claudia Gomes de Castro²

Resumo

Esse é um artigo teórico, das categorias “infância\criança” e “adolescência\adolescente” em 40 anos da revista OIKOS – Família e Sociedade em Debate. Para delinear esse texto iniciamos com uma questão norteadora: ao longo de seus 40 anos, qual status a revista OIKOS deu à infância\criança e adolescência\adolescente? O objetivo foi identificar os artigos publicados e proceder à análise a partir de diferentes categorias para compreender como o tema foi abordado ao longo desses 40 anos. O levantamento revelou 26 artigos, sendo que na década de 1980 não foi publicado nenhum artigo, 1 artigo na década de 1990, 10 artigos na década de 2000, 11 artigos na década de 2010, e nos dois primeiros anos da década de 2020 foram publicados 4 artigos. A quantidade e diversidade de artigos publicados em uma revista com o recorte “família e sociedade em debate” indica a relevância que a infância e adolescência têm para a compreensão da sociedade.

Palavras-chave: Infância\criança. Adolescência\Adolescente. Família. Sociedade.

Abstract

This is a theoretical article, from the categories “childhood\child” and “adolescence\ adolescent” in 40 years of publication of the journal OIKOS – Family and Society in Debate. To outline the scope of this article, we started with a guiding question: throughout OIKOS' 40 years in business as reference, what status has the journal has given to childhood/child and adolescence\teenager? The objective was to identify the articles published and carry out the analysis from different categories to understand how the topic has been addressed over these 40 years. The survey revealed 26 articles, with no article published in the 1980s, one article in the 1990s, 10 articles in the 2000s, 11 articles in the 2010s, and and four articles published within the first two years of the 2020s. The volume and variety of articles published in a journal with “family and society in debate” as the subject matter indicates the relevance of childhood and adolescence to a better understanding of society

Keywords: Childhood\child. Adolescence\Adolescent. Family. Society.

Resumen

Este es un artículo teórico, de las categorías “infancia\ niño” y “adolescencia\ adolescente” en 40 años de la revista OIKOS - Familia y Sociedad en Debate. Para esbozar este texto partimos de una pregunta orientadora: a lo largo de sus 40 años, ¿qué estatus ha otorgado la revista OIKOS a la niñez \ niñez y adolescencia \ adolescente? El objetivo fue identificar los artículos publicados y realizar el análisis desde diferentes categorías para comprender cómo se ha abordado el tema a lo largo de estos 40 años. La encuesta reveló 26 artículos, sin ningún artículo publicado en la década de 1980, 1 artículo en la década de 1990, 10 artículos en la década de 2000, 11 artículos en la década de 2010 y en los dos primeros años de la década de 2020 se publicaron 4 artículos. La cantidad y diversidad de artículos publicados en una revista con el recorte “familia y sociedad en debate” indica la relevancia que la infancia y la adolescencia tienen para la comprensión de la sociedad.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Docente do Departamento de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: mmattos@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5575-5900>

² Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Mestre em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais; bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa; Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH; e Diploma Superior de Espanhol como Língua Estrangeira - DELE. E-mail: claudia.castro@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3936-5915>

Palabras claves: Infancia\Niño. Adolescencia\Adolescente. Familia. Sociedad.

INTRODUÇÃO

As infâncias e adolescências contemporâneas vivem uma realidade paradoxal, divididas por valores, classes, políticas, necessidades reais, simbólicas e abstratas. Elas não compõem um único modelo de infância e adolescência, mas retratam os diversos recortes que tecem a dialética social, reconstruindo e reinventando-se na complexidade das vivências de cada um. Como bem preconizado pela UNICEF, a infância e a adolescência como categorias sociais na contemporaneidade são construções históricas que não resumem todas as práticas vivenciadas nas mais diversas sociedades.

O contexto das diferentes ciências, especialmente a sociologia e antropologia da infância, nos leva a considerar os termos “infâncias” e “adolescências” em função das realidades diversas e as inúmeras possibilidades, o que impõe reconhecer que essas categorias refletem a história e a sociedade em que estão inseridas. Por esta razão, as palavras ou termos que utilizamos podem vir carregados de simbolismo que refletem ou o momento histórico, ou nossa visão de mundo. Por exemplo, apesar de se adotar o conceito de infância como o período da vida humana até os 12 anos de idade e adolescência dos 12 aos 18 anos, historicamente, a infância foi definida antes da adolescência. Ademais, muitos referenciais teóricos empregam o conceito de infância incluindo a adolescência, conciliando com a terminologia utilizada pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), marco legal internacional, em seu Artigo 1: “*Para efeito da presente Convenção, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade*”.

Decerto, afirmar que a situação das crianças e adolescentes brasileiros evoluiu não significa assegurar que melhorou. As mudanças são evidentes, mas ainda perpetuam os abusos de todas as espécies. O discurso adultocêntrico reproduz a violência institucional ao tentar garantir um *status quo* que é alicerçado pela segmentação racial e de classe.

Nem todas as crianças, contudo, podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões de miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade. Para estas crianças, a infância é um lugar mítico, que podem apenas imaginar, quando olham as vitrinas das lojas de brinquedos, quando vêem TV ou quando olham passar, nos carros dos pais, garotos da classe média” (FROTA, 2007, p. 45).

Como estudiosas dessa categoria, defendemos que crianças e adolescentes são sujeitos sociais, culturais e históricos. Tomar, então, essas duas classes como objetos de pesquisa significa que as ciências humanas e sociais necessitam dialogar entre si, e com outras ciências, para romper suas limitações e se aproximar de forma eficaz de seu objeto.

A criança como objeto de estudo é um escopo atual, não podendo afirmar, inclusive, que existe um paradigma científico nessa área. Do determinismo biológico ao determinismo cultural, vários foram os caminhos percorridos buscando uma metodologia que melhor auxiliasse no estudo com crianças. Neste sentido, vale destacar que o estudo da infância sempre esteve atrelado a algum outro movimento social que o relegou a segundo plano, como é o caso da luta pelos direitos trabalhistas das mulheres que trouxe a reboque o direito à educação infantil e às creches.

O tempo e o início de uma maturidade acadêmica vêm demonstrando que é preciso entender que a criança tem suas particularidades e o mais importante é dar-lhe a vez e a voz nas pesquisas. Aqueles que sempre foram considerados como “os sem fala”, em muitas pesquisas permanecem mudos, permeados pelos discursos do adulto que ainda não foi capaz de perceber as sutilezas do universo infantil e continua a reproduzir entrevistas sem qualquer sentimento de alteridade.

Primeiramente, ao decidir trabalhar com crianças e/ou adolescentes, o pesquisador deverá questionar-se qual é a infância\adolescência que tomará por objeto de estudo, pois, por mais que se tenham dados explícitos sobre o problema a ser abordado, há que se considerar que existem diferentes possibilidades de leitura dessas infâncias\adolescências, com diferentes recortes de gênero, raça e classe social. Mesmo dentro de um recorte específico, existem diferenças que não nos permitem generalizar a infância\adolescência como um todo, levando-nos a concluir que não são todas as crianças\adolescentes que possuem as mesmas possibilidades e, portanto, a mesma forma de ser estudada.

Partindo desses pressupostos, apresentamos um artigo teórico, de revisão sistemática, considerando as categorias “infância\criança” e “adolescência\adolescente” em 40 anos da revista OIKOS. A questão norteadora da pesquisa foi: ao longo de seus 40 anos, qual status a revista OIKOS deu à infância\criança e adolescência\adolescente? Nosso objetivo foi fazer o levantamento e a identificação dos artigos publicados; classificar os artigos a partir dos critérios estabelecidos para a construção dos dados e proceder à análise referenciada a fim de compreender como o tema foi abordado ao longo desses 40 anos.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA

O interesse científico e histórico pelas crianças é relativamente recente, podendo-se afirmar que essa perspectiva começou a mudar com os estudos de Philippe Ariès (1981) e seus questionamentos sobre as imagens práticas e prescrições históricas sobre elas. Segundo este autor, até a Idade Média, não existia um sentimento de infância, a não ser como uma memória infiel ou vagas menções de heranças recebidas. Isso não significa que não houvesse afeto, apenas não se distinguia as particularidades do mundo infantil que o diferenciaria do mundo adulto. Este autor destaca que as alterações da concepção da criança coincidiram com o surgimento do capitalismo, da criação da escola pública, da renovação das ideias e crise do teocentrismo. Dessa maneira, no decorrer dos séculos XV, XVI e XVII, surgiram dois sentimentos de infância. O primeiro seria um sentimento de paparicação, principalmente por parte das mulheres. O segundo seria uma reação moralista ao primeiro e fundamentou-se na disciplina e na racionalidade dos costumes.

A distinção entre a infância e a adultez, portanto, é um construto da modernidade, com a ideia de que a infância é moldada pela cultura e por variáveis sociais, como classe social, etnia, nacionalidade, religião, entre outros. Para Sarmiento (2007), o confinamento histórico da criança em um espaço idealizado por adultos criou a ideia de que elas estão naturalmente privadas de seus direitos políticos ocasionando o que o autor chamou de invisibilidade cívica, visto que ela permanece como uma minoria excluída, sobretudo, da escolha representativa dos dirigentes políticos. Entretanto, o mais importante não seria essa ausência da cena política em si, mas sim a ausência de políticas públicas direcionadas para crianças; a ausência de percepção do poder público em ver a criança como sujeito de direitos, um sujeito dotado de cidadania política e social, com necessidades bastante diferenciadas das de um adulto.

Paralelamente, percebe-se a invisibilidade científica da infância, ou seja, a voz da criança que vem sendo escutada está permeada por um discurso adulto previamente interpretado; é o pesquisador que delimita seu objeto de pesquisa, entre a criança que merece a piedade social ou a criança que merece a punição; a eterna dicotomia entre a criança boa e a criança má que não permite aos estudos enxergar a heterogeneidade de vozes e discursos infantis.

Ariès (1981) afirma que o fato da escola ter sido idealizada como um lugar de formação de cidadãos, templo de transmissão de saberes pelos moralistas educadores do século XVII,

se impôs o sentimento de infância longa, fundamentado pelo sucesso das instituições escolares e das práticas de educação que eles orientaram e disciplinaram. Por sua vez, Sarmiento (2007) defende que a escola é o meio de propagar ideologias, local de disciplinar a infância e criar projetos de políticas pedagógicas que, na maioria das vezes, levam a uma perpetuação do poder dominante e da segregação das crianças no espaço público. Assim, a modernidade vive um período de privatização e adultização da infância, no qual a família delega à escola a maior parte da função educadora. Sem entender a necessidade de um equilíbrio entre proteção e participação, a família esgota o tempo livre da criança e não deixa espaço para “ser criança”.

A FAMÍLIA E O UNIVERSO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Segundo Brasilmar Ferreira Nunes (2003), o universo infantil pode ser entendido como uma área *sui generis* nos estudos sociológicos, isso porque a sociedade é que lhe permite o lugar daquele que não tem voz. Para ele, a integração social da criança é feita, primordialmente, em um nível micro, restrito ao grupo familiar mais próximo, onde a criança é valorizada em seus gestos, físico e desejos. No espaço extrafamiliar, entendido como o ambiente de socialização fora da família, a criança assume diferentes representações diante do outro, ficando sujeita às análises daquele que não é de seu mundo. Assim, o processo de percepção da realidade pode ocorrer de formas totalmente diferentes pelo olhar de uma criança ou de um adulto.

Dessa forma, começa-se a entender que a socialização da criança é construída a partir do referencial de um adulto e que, para ela, isso se torna natural. Esse processo de naturalização da realidade perpassa por outros vieses da vida social infantil. Ferreira Nunes (2003) chama a atenção para o fato de a segregação entre grupos sociais estar além do contexto espaço/território e reunir elementos que perpetuam sua validade. Conseqüentemente, no Brasil, a segregação espacial faz com que as crianças mais abastadas enxerguem os menos favorecidos com medo e desconfiança.

Para compreender a extensão dessa problemática, é crucial entender que o processo de socialização é aquele em que se constrói a inserção social, condição básica para cidadania e que, na sociedade brasileira, esse processo é plural, multifacetado, por tratar-se de uma sociedade que exclui parcela substancial de seus membros das vantagens do sistema (NUNES, 2003, p. 30). Além disso, no Brasil, é possível perceber um crescente interesse do

Estado, tradicionalmente paternalista, em assumir algumas responsabilidades da comunidade e da família.

William Corsaro (2011) chama a atenção para a mudança da sociedade agrícola em sociedade industrial, ocasionando o declínio das famílias rurais. Se antes a criança trabalhava ao lado de seus pais na lavoura, tirando o sustento da casa, agora ambos exercem atividades diferentes. Não significa que as crianças deixaram de trabalhar, mas sim que houve mudanças na natureza do trabalho infantil; elas saíram das lavouras e assumiram os trabalhos domésticos ou de meio período. Nesse contexto, pode-se destacar que a emancipação feminina e a diminuição do tamanho da família reduziram o número de irmãos disponíveis para a convivência e aprendizado, tornando a criança mais dependente dos pais e da socialização escolar. É neste momento que se inicia a institucionalização da educação das crianças, onde as creches passaram a ser espaço de socialização e educação formal (CORSARO, 2011, p. 114 e 115).

Partindo dessas considerações, a família deve ser entendida como um microcosmo da sociedade que sofre os impactos das transformações sociais; como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros que se constrói e se reproduz no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. É dizer que a família e os papéis familiares não são algo homogêneo, mas sim multifacetado, incorporando as hierarquias de raça, gênero e classe social (SARMENTO, 2007. p. 42).

A PESQUISA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA COMPREENDER A FAMÍLIA E A SOCIEDADE

Ao se trabalhar com a família e, particularmente, com a criança em uma perspectiva interdisciplinar, o pesquisador depara-se, logo no início, com a necessidade de se delimitar um procedimento metodológico que lhe permita confirmar sua hipótese com a objetividade que se exige em uma pesquisa científica.

Os aspectos metodológicos na pesquisa com crianças e adolescentes exige que o pesquisador oriente-se por algumas questões: é possível promover estudos com crianças e adolescentes em uma perspectiva interdisciplinar? Quais os principais desafios de se trabalhar com essa categoria que, durante muito tempo, permaneceu “infante” no sentido etimológico dessa palavra? As ciências humanas e sociais conseguem trabalhar a infância com uma metodologia adequada?

As crianças podem não saber sobre a dívida do Terceiro Mundo, sobre as diferenças na balança comercial ou a devastação causada pela pandemia da Aids. No entanto, podem facilmente identificar, a partir da sua experiência individual, as diferenças que enriquecem as suas vidas e aquelas que trazem sofrimento. Essa dança eterna é tão intrincada e complexa para a criança quanto para o adulto (RIZZINI; BUSH, 2006, p. 82).

Em se tratando de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, definir o procedimento metodológico perpassa a certeza de que não é possível realizar um trabalho tradicionalmente experimental, por se tratar de variáveis que não podem ser completamente quantificadas. Por isso, tornou-se difundida a ideia da pesquisa denominada “quali-quantitativa”. Ademais, o emprego de um método ou de outro dependerá da questão que será respondida pela pesquisa, ou seja, não cabe discutir se um método é melhor ou pior que o outro, mas qual é o mais adequado aos propósitos do pesquisador.

Na elaboração de um procedimento metodológico, o desvio, a ruptura e as perguntas a serem feitas, são os pontos primordiais (KRAMER *et al.*, 2005), mas o que de fato garantirá a objetividade da pesquisa é o marco teórico no qual se apoiará o pesquisador e lhe permitirá ir além da mera revisão bibliográfica para ser um sustentáculo do processo de análise de dados que envolve o “olhar, o ouvir e o escrever”. Trata-se, enfim, não só de dar vozes às diversas infâncias, mas de se colocar como ouvinte sem deixar de lado sua postura investigativa.

O despertar tardio da comunidade acadêmica, sobretudo das ciências humanas e sociais, coloca em questão a importância de se privilegiar uma pesquisa *com* crianças e não mais *sobre* crianças. A visão que imperou durante muitos anos da infância como categoria dependente, que necessita da voz do adulto para conquistar seu espaço, vem sendo pouco a pouco desconstruída pela ideia da infância como construção histórica e social.

No artigo: *por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica*, Maria Malta Campos (2008) sustenta que a presença da criança na pesquisa não é um fato novo, mas sim, a forma como o pesquisador passou a trabalhar a infância dando lugar ao sujeito social e às suas falas, ou seja, a condição da criança como sujeito na pesquisa, como ator social.

Mesmo diante da mudança de postura, o último grupo social a ser inserido no movimento de revisão acadêmica de pesquisas foi o das crianças. Assim, o desafio do pesquisador passa a ser questionar-se: quem é o sujeito que está sendo ouvido? Qual infância está sendo estudada? Quais os métodos capazes de captar a essência da natureza infantil? Se o pesquisador leva o sujeito a pensar durante a entrevista, como reportar a fala do entrevistado destituída das relações de poder inerentes à relação adulto-criança? Dessa forma, busca-se

desconstruir o cenário vigente no qual a criança responde o que o adulto-pesquisador quer ouvir por estar envolta em uma relação de poder em que é submissa.

Por possuírem um objeto tão peculiar como é a criança, as Ciências Humanas e Sociais não podem almejar que os mesmos métodos empregados pelas Ciências Exatas sejam adequados à pesquisa. O pesquisador deve traçar com cuidado seu marco teórico e não ser leviano com os métodos que deseja empregar para obter os dados respeitando sempre a singularidade do que vai ser pesquisado. Enfim, realizar uma pesquisa com crianças vai muito além dos desafios metodológicos e científicos propostos, mas também em direção a uma construção de arcabouços que permitam captar a essência do universo infantil.

Propondo a dialética da exclusão/inclusão social como norteadora dos estudos da infância, Sonia Gomes Sousa parte do pressuposto de que a criança sempre esteve excluída, marginalizada de alguma forma, e que, por isso, o pesquisador deve buscar um amadurecimento teórico para conseguir perpassar as fases de tratamento de dados e interpretação deles, alcançando a “interpretação da interpretação” (SOUSA, 2008, p. 179). Assim, ao realizar uma revisão bibliográfica, o pesquisador deverá promover reflexões críticas e superar o discurso banalizado pelo olhar adultocêntrico que reforça preconceitos e diversos tipos de violência institucionalizada que trazem à tona a triste realidade vivenciada por milhares de crianças brasileiras diariamente nas escolas e na família.

Por sua vez, buscando um método que permita ao pesquisador descobrir como a criança vê o mundo e age nos espaços que não são tradicionalmente destinados a ela, Maria Isabel Leite (2008) relata sua experiência na construção de espaços de narrativa para a ausculta de crianças. Nesses espaços, a criança pode agir como protagonista e repórter de suas próprias experiências, começando pela manifestação de vontade em participar da pesquisa e autorização do uso de suas falas e imagens.

Para Leite, o local da pesquisa, por si só, está carregado de valores que podem interferir nas respostas das crianças e a criação desses espaços de narrativa podem acentuar e até mesmo diminuir as tensões oriundas das relações de poder ao propiciar a troca e produção de conhecimentos de forma espontânea e criativa (LEITE, 2008, p. 126). Assim, o pesquisador atento ao local da pesquisa, à linguagem corporal e aos métodos de ausculta da criança poderá captar as diversas versões e olhares das mais diversificadas infâncias.

Por fim, há de se considerar que a pesquisa é um construto de responsabilidade social. Ao tecer seu objeto de estudo, o pesquisador deve considerar seriamente qual a devolução de sua pesquisa para a sociedade. Deve-se perguntar de que maneira sua pesquisa contribui para

a inclusão de uma categoria que sempre esteve às margens, visto que a exclusão social tem classe, gênero, cor e, de acordo com nossos estudos, idade.

RESULTADOS

A incumbência de escrever sobre o tema “Infância e Adolescência” a partir dos artigos publicados na revista OIKOS nos seus 40 anos não foi tarefa simples. Haveria inúmeras possibilidades de abordagem, a partir de diferentes critérios, tanto quantitativos como qualitativos. O caminho percorrido pelas autoras foi constituído após o levantamento e a leitura dos resumos dos artigos e a checagem de conteúdo específico no corpo de cada um dos artigos selecionados a partir do tema proposto.

Após realizar o levantamento dos artigos a partir do tema infância e adolescência nas 65 publicações da revista, cobrindo o intervalo de 1981 a 2021, encontramos 26 artigos (Quadro 1) que traziam o tema infância ou criança e adolescência ou adolescente. Esses mesmos artigos podem ser classificados em outras categorias definidas pela organização dessa edição especial, mas nosso enfoque foi lançar o olhar para os sujeitos pesquisados, direta ou indiretamente.

Quadro 01 – Distribuição dos estudos por título, autoria e ano de publicação.

| Nº | Título do Artigo | Autor | Ano |
|----|--|--|------|
| 1 | Propaganda de televisão e sua influência sobre a criança na percepção dos pais. | SILVA, N. M. LOURES, A. R. M. | 1996 |
| 2 | A realidade do programa de erradicação do trabalho infantil e implicações em seus sistemas integrantes – Boquim, SE. | SOUZA, N. R. LORETO, M. D. S. MAFRA, S. C. T. MENDES, F. F. | 2004 |
| 3 | O estudo da relação educação-trabalho com adolescentes carentes na divisão educacional agrícola Arthur Bernardes – Viçosa – MG. | COUTO, D. P. LORETO, M. D. S. SILVA, N. M. S. FOGAÇA, A. | 2005 |
| 4 | Da criação à extinção: programa Criança Cidadã e os impasses de uma política pública social. | SOUZA, J. M. M. LORETO, M. D. S. | 2005 |
| 5 | A política de atendimento nas instituições de educação infantil públicas do município de Viçosa, MG: entre a realidade e as proposições legais e teóricas. | BASTOS, A. L. BARRETO, M. L. M. TEIXEIRA, K. M. D. PINTO, N. M. A. | 2007 |
| 6 | O desenvolvimento do sentimento da infância e da família e a relação com a história dos jogos e brincadeiras. | LISBOA, V. V. B. CARNEIRO, M. P. A. K. B. RABELO, P. N. C. BARRETO, M. L. M. PINTO, N. M. A. | 2007 |
| 7 | Inclusão social em foco: o programa TIM ARTEDUCAÇÃO na perspectiva dos adolescentes participantes da oficina Dança de Rua – Viçosa – MG. | LELIS, M. G. TEIXEIRA, K. M. D. LORETO, M. D. S. DILVA, L. H. | 2008 |

| | | | |
|----|--|---|------|
| 8 | Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água: uma abordagem baseada no método clínico. | FERREIRA, L. M. BARRETO, M. L. M. SILVA, N. M. SOUZA, G. M. C. | 2008 |
| 9 | Significados e implicações do uso do telefone celular na vida cotidiana de adolescentes. | LUIZ, G. V. SILVA, N. M. TEIXEIRA, K. M. D. BARTOLOMEU, T. A. | 2008 |
| 10 | A experiência do trabalho doméstico na vida de crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Fortaleza. | NASCIMENTO, J. S. MONTE, F. S. S. | 2008 |
| 11 | Mentiras: um estudo com crianças em Portugal. | MARTINS, D. CARVALHO, C. | 2008 |
| 12 | Pobreza e trabalho infantil: o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI em Viçosa\MG. | LIRIO, V. S. PAULA, K. A. AMODEO, N. D. P. | 2012 |
| 13 | A escola sob o olhar das crianças que frequentam um ambiente construtivista. | COSTA, B. A. BARRETO, M. L. M. | 2012 |
| 14 | As representações de crianças e adolescentes sobre a inter-relação entre os recursos monetários e o consumo numa perspectiva piagetiana. | ROCHA, M. BARRETO, M. L. M. SILVA, N. M. CORIA, M. C. D. | 2012 |
| 15 | Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho remunerado e trabalho doméstico. | SILVA, M. O. BARRETO, M. L. M. SOUZA, G. M. C. PINTO, N. M. A. | 2012 |
| 16 | A representação de crianças e adolescentes sobre o respeito e cooperação pelas crianças e adolescentes com deficiência. | SOARES, M. A. BARRETO, M. L. M. | 2013 |
| 17 | Ser pai na adolescência: algumas constatações. | LORETO, M. D. S. BENINI, C. S. A. TEIXEIRA, K. M. D. SCHMIDT, A. | 2013 |
| 18 | A representação de crianças e adolescentes sobre conceito e formação dos resíduos sólidos. | SANTOS, E. C. BARRETO, M. L. B. | 2014 |
| 19 | Representação de crianças e adolescentes abrigados em Viçosa-MG sobre a convivência familiar e comunitária. | ALMEIRA, I. A. BARRETO, M. L. M. | 2014 |
| 20 | Representação dos funcionários de casas de acolhimento sobre a institucionalização de crianças e adolescentes. | LOPES, J. F. BARRETO, M. L. M. | 2016 |
| 21 | Vivências e expectativas dos adolescentes em medida de proteção institucional na Aldeia SOS de Juiz de Fora - MG na perspectiva do direito a convivência familiar e comunitária. | FIRMINO, A. C. BARRETO, M. L. M. | 2017 |
| 22 | Contexto sócio-histórico das políticas de assistência à infância no Brasil: da caridade ao direito. | SARAIVA, J. M. | 2018 |
| 23 | Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. | SINGULANO, Y. L. TEIXEIRA, K. M. D. | 2020 |
| 24 | Sociedade de risco e violência: reflexões sobre as práticas de consumo de adolescentes em cumprimento de semiliberdade. | MARINHO, P. K. S. FERNANDES, R. A. U. ARRAZOLA, L. S. D. | 2020 |
| 25 | Direito de família em tempos de pandemia: o impacto do novo coronavírus (sars-cov-2) no cotidiano das crianças e adolescentes e dos casais parentais que exercem a guarda compartilhada. | MOURA, V. S. | 2021 |
| 26 | A "coisificação" do filho: a responsabilização civil dos adotantes. | MENEGATTI, J. V. S. SILVA, M. C. D. | 2021 |

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

A análise dos dados se deu por diferentes critérios de análise: distribuição por ano de publicação; local de realização da pesquisa; fonte de dados; procedimentos metodológicos; e

temas centrais, divididos nas seguintes categorias analíticas: trabalho infantil; políticas, programas e projetos para a Infância e adolescência; pesquisas *com* crianças e adolescentes; consumo por crianças e adolescentes; família, infância e adolescência e temas recentes. Seguimos então com a análise dos dados.

Ano de publicação

A análise por período de publicação foi realizada dividindo esses 40 anos de publicação da revista OIKOS em décadas. A primeira revista foi publicada em 1981. Na primeira década não foram publicados artigos com a temática infância\criança e adolescência\adolescente. Na década de 1990 encontramos um único artigo, em 1996. Já nas décadas de 2000 e 2010 houve uma intensificação na quantidade e diversidade de artigos com as temáticas infância\criança e adolescência\adolescente: nada mais do que 21 das 26 publicações (10 e 11 respectivamente). Na atual década, em apenas 2 anos, 4 artigos foram publicados.

O que podemos inferir a partir desses dados? Qual o motivo de um aumento significativo entre 2000 e 2019? Ao findar mais uma década, o padrão da média de 10 artigos será mantido? Quais temas serão abordados? Aguardaremos com a expectativa de manutenção ou mesmo aumento e diversificação das temáticas.

Local de pesquisa

Considerando onde a pesquisa foi desenvolvida, 16 foram realizadas em Viçosa, MG; 3 foram revisões sistemáticas. Outras 7 foram realizadas em diferentes cidades e estados (Juiz de Fora, MG; Rosário da Limeira, MG; Boquim, SE; Carauari, AM; Fortaleza, CE; Recife; PE; sendo ainda uma em Portugal.

Fonte de dados

Das pesquisas que tiveram fonte de dados primárias, 17 ouviram crianças e\ou adolescentes sendo que 2 dessas ouviram também adultos; 5 ouviram apenas adultos. Em 4 artigos a fonte de dados foi documental. Esses dados são bastante interessantes e estão na linha tratada anteriormente sobre a necessidade de se ouvir, diretamente, as crianças e os

adolescentes. Vejamos que em mais de 65% das pesquisas analisadas, as próprias crianças e adolescentes foram fonte privilegiada de dados.

Procedimentos metodológicos (construção dos dados)

O procedimento mais utilizado nas pesquisas foi de entrevistas (20), sendo que, dessas, 10 utilizaram o método clínico piagetiano, que é um procedimento de coleta e análise de dados muito empregado por nós. Outras pesquisas utilizaram um ou mais tipos de instrumentos para a construção dos dados: questionários, oficinas, observação participante, redações, análise documental e revisão sistemática. A análise relacionou-se ao procedimento para construção dos dados.

Temas centrais

Ao analisarmos os temas abordados a partir da categoria infância\criança e adolescência\adolescente, fizemos uma categorização para termos uma visão dos conteúdos de interesse. Poderíamos utilizar diferentes critérios para classificar os conteúdos encontrados, utilizando certos filtros, embasados na percepção de quem olha. Nesse caso, o olhar das autoras construiu 6 subcategorias.

A) Trabalho infantil

Identificamos 4 artigos (entre 2004 e 2012) que buscaram analisar políticas e situações de trabalho infantil e\ou adolescente, principalmente a partir do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esse programa foi criado em 1996 como ação do Governo Federal com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), inicialmente, para combater o trabalho de crianças carvoeiras em MG e, posteriormente, ampliado para todo país. Seu desenho inicial objetivou a criação de política pública. Em 2005 foi integrado ao Programa Bolsa Família e em 2011 apresentando um caráter intersetorial dentro da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), integrante da Política de Assistência Social. A partir de 2013, ocorreu outro redesenho do PETI a partir dos resultados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os modelos e mudanças de Programas sociais vão se modificando a partir dos

objetivos alcançados e dos caminhos (ou descaminhos) das Políticas Públicas, que em muitos casos, são configuradas como políticas de governo e não de Estado.

Os artigos que analisaram especificamente o PETI (em diferentes municípios e estados: Boquim (SE); Fortaleza (CE) e Viçosa (MG) indicaram que os programas eram percebidos como bons, importantes para as suas vidas, pois permitia “recuperar a infância perdida”. A implantação do PETI apresentou resultados positivos com relação ao desenvolvimento e a educação das crianças e adolescentes. A prática do trabalho doméstico não era percebida pelas próprias crianças e adolescentes, pois era visto como um não-trabalho, desvalorizado e naturalizado. A bolsa PETI era utilizada para sobrevivência das famílias. A incidência do trabalho infantil concentrava-se na periferia, sendo que o trabalho infantil era utilizado por refletir a pobreza familiar. Além disso, a escolaridade baixa dos pais e a idade em que também começaram trabalhar influenciaram a ocorrência de trabalho infantil. Já o projeto de formação Educação-trabalho não foi considerado pelos adolescentes, famílias, empregadores, egressos e mesmo a comunidade como efetivo em razão do caráter assistencialista, além de não oferecer formação condizente com as exigências do mercado. O programa de Trabalho-Educação para filhos adolescentes de famílias carentes, da escola agrícola de Viçosa, foi instinto.

Um aspecto no mínimo interessante, é que se questiona, acertadamente, o trabalho de crianças e adolescentes de família em vulnerabilidade socioeconômica, mas questionamos: e as crianças e adolescentes que trabalham como artistas e cantores mirins, esportistas e atualmente *youtubers*? Quem protege essas crianças e adolescentes?

B) Políticas, programas e projetos para infância e adolescência

Com relação a ações no âmbito de setores públicos, 6 artigos (2005 a 2019) trataram de analisar diferentes políticas públicas ou projetos sociais para crianças e adolescentes efetivadas em diferentes municípios.

O Programa “Criança Cidadã”, analisado em um município (Carauari, AM, 2005), é um exemplo claro da descontinuidade de políticas públicas sociais, que foi criado e extinto como programa emergencial, mas com objetivos político-partidários. Uma outra característica das políticas é não considerar o público envolvido, não alcançando efetivamente os objetivos, além de não haver ações interligadas com outras áreas do poder público.

Ao analisar de que forma a política de atendimento a instituições de educação infantil era efetivada pela secretaria de educação de um município (Viçosa, MG, 2007), pôde-se verificar que a realidade do atendimento à criança pequena não estava, em muitos aspectos, em consonância com a legislação e com os parâmetros de qualidade, inclusive propostas pelo Estado. Foram encontradas contradições entre as proposições e as ações concretas.

Um programa social ligado à arte (Tim ArtEducAção, Viçosa, MG, 2008) foi objeto de estudo objetivando conhecer a efetividade da Oficina de Dança de Rua. Os resultados apontaram a importância da arte no envolvimento de adolescentes, influenciando no rendimento escolar e promovendo a inclusão social. Programas propostos a partir das características locais, considerando a motivação dos adolescentes, parecem indicar que melhores resultados são alcançados.

A institucionalização de crianças e adolescentes em risco social, apesar de todas as mudanças legais, ainda é uma realidade no Brasil. Apesar de não ser permitida a longa institucionalização, a realidade que se apresenta é outra, mesmo em 2021. Estudo realizado em casas de acolhimento (Viçosa, MG, 2016) indicou que a institucionalização de crianças e adolescentes ainda é priorizada, não havendo políticas de reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares, de amparo às famílias para superação das dificuldades, principalmente financeiras. Assim, as situações de vulnerabilidade permanecem e, conseqüentemente, o acolhimento de crianças e adolescentes. Percebemos a invisibilidade dessas famílias, que geralmente estão à margem da sociedade e que não terão o mínimo de condições de reconstruir suas famílias, permanecendo seus filhos sob a tutela do Estado.

Em uma outra instituição de crianças e adolescentes em proteção institucional (Juiz de Fora, MG, 2017) a situação não é diferente. Foram analisadas as vivências e expectativas dos adolescentes abrigados. Como foi utilizado o método clínico piagetiano, que se caracteriza por intervenção sistemática em uma entrevista, a liberação para a pesquisa foi muito difícil. Muitas questões foram retiradas dos protocolos, mas os adolescentes conseguiram expor seus desejos (tentaram, mas não calaram por completo suas vozes). Revelaram que não são ouvidos e convidados a participarem ativamente das decisões de seus destinos. Uma frase foi marcante: “o juiz deveria nos ouvir para saber o que realmente queremos”. Essa é a realidade, vozes caladas e censuradas, inclusive pelos dirigentes das instituições que deveriam proteger e escutar os principais interessados: crianças e adolescentes.

O ensaio teórico sobre o contexto sócio-histórico das políticas de assistência à infância no Brasil (2019) traz uma análise sobre as origens, formas e modelos de políticas de

assistência à criança no Brasil contextualizando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a partir do período colonial, envolvendo os diferentes setores envolvidos na institucionalização da infância. A pesquisa revela que apesar dos avanços na legislação, que institui a criança como sujeito de direito e que deve considerar seu desenvolvimento integral, quando se trata da assistência às classes menos favorecidas, há carência de atendimento à infância. Ressalta que essa falta de ações efetivas e materiais ocorrem inclusive nas instituições de educação infantil.

Esse conjunto de artigos que cobrem um período de 14 anos, a partir de análises de diferentes municípios que serviram como base para a pesquisa, revelam o que ocorre em grande parte dos municípios brasileiros: a descontinuidade das políticas públicas. Além disso, a construção de políticas de atendimento às crianças e adolescentes tem que passar por ações que envolvem a família, por meio dos diferentes setores municipais, além da assistência social, como educacional, de saúde, econômico etc. Sem esse trabalho intersetorial que realmente efetive as políticas de Estado, são efetivados programas de governo, que não deixam lastro e não resolvem os grandes problemas das crianças e adolescentes, principalmente das classes menos favorecidas, que se encontram continuamente em vulnerabilidade social, econômica e emocional. Faz-se necessário criar fatores de proteção para que as famílias possam ter condições de garantir a manutenção de uma infância e adolescência de seus filhos tendo perspectiva de futuro.

C) Pesquisas com crianças e adolescentes

Um outro grupo de artigos será tratado não propriamente pelo tema de estudo, mas com o tipo de pesquisa utilizada: pesquisa *com* crianças e adolescentes, ou seja, sendo fontes privilegiadas de pesquisa, e não pesquisa sobre crianças e adolescentes. São 8 artigos (2008 a 2014) que utilizaram metodologia de escuta das crianças e adolescentes, sendo que 7 utilizaram o método clínico piagetiano.

Estudo desenvolvido em Portugal teve como tema de pesquisa como crianças e adolescentes de 10 a 14 anos percebiam a mentira. A partir de 1986 com a lei de bases do sistema educativo de Portugal, a escola passou a ter como componente a construção de valores e das atitudes, na perspectiva da socialização. Foram adaptadas 4 histórias de estudos de Piaget (1932). Os resultados mostraram que crianças e adolescentes têm noção do que é a mentira de modo concreto, tendo a percepção de que há intenção de enganar ou prejudicar os

outros. A mentira é vista como falta de moral e o castigo como punição estaria relacionado a prevenção para que não se mentisse.

Outros 6 artigos utilizaram o método clínico piagetiano para compreender como ocorre a evolução do pensamento de crianças e adolescentes com relação ao conhecimento social. Dois artigos trouxeram a representação de crianças em idade pré-escolar; uma sobre o consumo de água, em que se evidenciou a importância de se conhecer a construção do conhecimento sobre a origem, uso, utilização, destino e consumo da água enquanto recurso natural. Outra pesquisa buscou conhecer como as crianças representam suas vivências em uma escola construtivista. Os resultados mostraram que as crianças compreendem a escola a partir dos aspectos observáveis diretamente, como os aspectos físicos, humanos, as atividades, a rotina e seus sentimentos e vivências. O mais interessante é que ressaltaram a importância do brincar e do espaço externo como elementos que são considerados como sendo uma boa escola.

Um grupo de artigos trouxe a construção do conhecimento social ao longo do desenvolvimento de crianças e adolescentes sobre diferentes temas. Um desses temas faz parte do cotidiano das famílias, que é sobre trabalho remunerado e trabalho doméstico. Os resultados das representações de crianças e adolescentes de 4 a 13 anos indicaram como são repassados valores sobre os dois tipos de trabalho e de como o trabalho doméstico não é visto como “trabalho”, sendo menos valorizado e ligado ao gênero feminino.

Mais um tema, relacionado às vivências familiares, foi sobre a representação de crianças e adolescentes de 4 a 13 anos sobre a relação entre recursos monetários e consumo. Os resultados mostraram como ocorre a construção dos conceitos e das relações entre recursos monetários e consumo ao longo do desenvolvimento, e que desde os 4 anos as crianças vivenciam experiências que são a base para as futuras relações entre de onde vem os recursos monetários e seu relacionamento com o consumo.

Voltando ao conhecimento das Ciências da Natureza, mas com forte ligação com a rotina da família e da escola, foi o estudo de como crianças e adolescentes de 5 a 13 anos constroem o conceito e a formação dos resíduos sólidos, e sua relação com a questão ambiental. Os resultados apontaram que as crianças e adolescentes que vivenciam projetos de educação ambiental têm a possibilidade de refletir e propor soluções para os problemas causados pelos resíduos sólidos e, no futuro, tem maior possibilidade de perceber os problemas ambientais no meio em que vivem.

Na perspectiva da inclusão escolar por alunos com deficiência foram analisadas representações de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos sobre o respeito e a cooperação. As respostas foram categorizadas por níveis de compreensão social e indicaram que mesmo as crianças e adolescentes que não vivenciam a inclusão escolar tem o que dizer sobre a importância da inclusão. Consideram que a escola deve ser lugar de outras crianças e adolescentes estarem, independente de qual deficiência possuem e que todos devem respeitar e cooperar com os colegas deficientes.

Essas 6 pesquisas trataram de temas que foram levados às crianças e adolescentes que nem sempre tiveram experiências diretas com as questões apresentadas pelos pesquisadores. Diferentemente, o artigo sobre as representações de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos abrigados em duas casas de acolhimento, tratara de questões pertinentes às suas vidas. Questões sobre os aspectos físicos, humanos, sentimentos, atividades desenvolvidas, regras e obrigações, atitudes e comportamentos, finalidade da institucionalização, desejos e necessidades, conflitos e problemas na família foram analisados. Os resultados indicaram que a institucionalização ainda era a solução utilizada, não havendo efetividade de políticas de fortalecimento da convivência familiar e superação das dificuldades e problemas que levaram essas crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade. Os depoimentos indicaram a pouca ou nenhuma possibilidade de retorno à família de origem, sendo que muitas permaneceram até a maioridade nas casas de acolhimento, mesmo que essa, teoricamente, não seja o definido em lei. Mas as leis não garantem políticas de apoio às famílias, geralmente pobres, que perdem a guarda dos filhos em sua grande maioria por consequência dos problemas causados pela escassez de recursos financeiros.

A revista conseguiu, então, trazer pesquisadores com uma perspectiva mais atual de abordagem de pesquisa *com* crianças e adolescentes.

D) Consumo por crianças e adolescentes

Foram identificados 6 artigos com o tema consumo, sendo que 3 já foram abordados na categoria “pesquisa *com* crianças” (recursos monetários e consumo; água e consumo; resíduos sólidos). Passamos a apresentar os outros 3 artigos (1996 a 2020).

O primeiro, que inclusive inaugura a abordagem sobre crianças na OIKOS, trata da influência das propagandas de televisão sobre as crianças na percepção dos pais de diferentes níveis socioeconômicos. Os resultados mostraram que as crianças de 4 a 6 anos assistem

televisão por um considerável número de horas por semana e os pais consideram que elas são influenciadas pelas propagandas que veem, e que também assistem programas indicados para adultos. Uma parte dos pais considera que as propagandas têm influência não só sobre os filhos, mas sobre eles também. Foram levantados aspectos negativos e positivos dos programas de TV, sendo que, principalmente as famílias de nível socioeconômico mais baixo, encontram na televisão uma alternativa de lazer. Atualmente, muitas pesquisas estão sendo desenvolvidas com relação à internet, tanto sobre influências para o consumo de bens e serviços como *youtubers*. Os meios mudam, mas em um mundo capitalista a busca pelo consumismo vai se aprimorando, e principalmente, as propagandas.

O uso do telefone celular por adolescentes objetivou analisar os significados e influências no seu cotidiano, tendo como fonte de dados os próprios adolescentes e seus respectivos familiares. O ponto de encontro entre as duas partes é a facilidade de interação social e comunicação. Por outro lado, os pais afirmam que o celular oferece mais tranquilidade e segurança por saber onde os filhos estão e os adolescentes sentirem que possuem mais liberdade e confiança. Como serão os significados para os dois grupos atualmente, quando o celular está mais relacionado ao uso da internet, possibilitando entrar em uma variedade de “mundos” em tempo real? Perspectiva interessante a ser verificada.

A prática de consumo por adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade é uma pesquisa recente, que reflete sobre o fenômeno da violência e das desigualdades sociais na região metropolitana de Recife, PE, mas que pode ser observada em muitas outras regiões metropolitanas do Brasil. O artigo apresenta o retrato de uma sociedade em risco e a violência em que os adolescentes estão inseridos. As trajetórias desses adolescentes indicam práticas de consumo que revelam a dimensão simbólica do consumir, perpassando pela situação de vulnerabilidade socioeconômica em que esses adolescentes se encontram.

Os artigos cujas pesquisas foram desenvolvidas em 4 décadas diferentes indicam que o tema consumo, seja de bens e serviços, como das práticas relacionadas ao uso dos recursos naturais, tem forte interesse e uma diversidade de aspectos a serem estudados.

E) Família, infância e adolescência

Vários artigos tratam dessa relação com a família, porém se enquadram também em outras categorias. Nos critérios definidos pelas autoras, 5 artigos podem ser classificados

nessa categoria, sendo 2 mais antigos (2007 e 2013) e 3 atuais. Definimos então tratar os mais recentes como uma categoria em separado, em uma outra categoria.

O sentimento de infância e de família é uma construção social, e discutida principalmente por Àries (1981) na obra “História Social da Criança e da Família”, que apesar de receber críticas por parte de historiadores é uma referência importante para os estudos da criança e da família. Esse ensaio teórico traz a reflexão sobre a construção do sentimento de infância e de família em paralelo à evolução de jogos e brincadeiras. Os jogos infantis tiveram grande influência nas relações e concepções de infância e conhecer essas implicações nos ajuda a compreender a evolução e o atual conceito de infância.

A gravidez na adolescência, infelizmente, é um tema sempre atual e com diversas implicações e especificidades. O artigo traz a percepção de ser pai na adolescência. Como o esperado, os sentimentos dos jovens que foram pais na adolescência são ambíguos: por um lado a felicidade, por outro todas as implicações decorrentes, que não seriam esperadas para essa fase de vida, como novas funções e responsabilidades. Os projetos de vida são modificados, principalmente pelo que é esperado: pai provedor, sendo a transição no espaço público maior do que a participação no cotidiano familiar, respondendo aos papéis de gênero construídos culturalmente.

Estudos que tratam de infância e adolescência e suas relações familiares são fundamentais para compreender a sociedade. Artigos que tratam dessas implicações são apresentados na próxima categoria, que teve como critério a publicação nos dois últimos anos.

F) Temas recentes

As edições dos dois últimos anos (2020 e 2021) trouxeram 4 artigos envolvendo infância e/ou adolescência, sendo algumas em forma de dossiê temático. Um dos artigos foi apresentado dentro da categoria “consumo”, estabelecendo relações com a violência. Os outros três são temas recorrentes e outro completamente “novo”, que é do dossiê temático sobre Covid-19.

Um dos artigos é sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir da perspectiva de adolescentes. Esse é um tema que, infelizmente, sempre atua, e mesmo com os avanços na legislação o número de mulheres que sofrem violência é muito alto. A partir da análise de 392 redações de adolescentes de escola pública, os resultados mostraram que consideram as principais causas da violência: o machismo, o uso de álcool e

drogas ilícitas, e discordâncias entre o casal. Interessante que não identificaram a desigualdade de gênero, o que indica a permanência de valores machistas, o que foi encontrado, principalmente, entre os adolescentes do gênero masculino. Infere-se que essa construção recebe influência da mídia e das vivências pessoais. Ressalta a necessidade de que na escola se trate de forma transversal o tema para que não se mantenha naturalizado a prática da violência familiar contra as mulheres.

O dossiê sobre a pandemia trouxe um artigo sobre o impacto do novo coronavírus no cotidiano de crianças e adolescentes dos casais que exercem guarda compartilhada. A pandemia colocou inúmeros desafios à sociedade, inclusive à comunidade científica em todas as áreas. O artigo se insere no Direito de Família, que em um cenário de pandemia que não foi vivenciado antes não foi objeto específico da área da legislação. Como garantir o direito da guarda compartilhada com as orientações de afastamento social? A pesquisa bibliográfica com revisão sistemática de literatura sobre o Sars-CoV-2 revelou que, no quadro de pandemia, os direitos individuais referentes à guarda compartilhada devem ser suspensos em prol do direito da coletividade. Outras formas de convivência (virtual) de crianças e adolescentes com os pais precisam ser utilizadas, havendo alternativas de sociabilidade na *era digital*.

O último artigo tem um título, no mínimo, intrigante e muito pertinente: a “coisificação do filho”. Em um mundo de consumo cada vez maior, de valorização dos objetos e nem sempre das pessoas, da interação com os produtos que “substituem” relações pessoais, o termo “coisificação” nos remete a uma verdade que muitas vezes é oculta, e ler um título desses nos leva a reflexão sobre o que esperar dos afetos. Neste estudo, a coisificação é do filho adotivo, outro artigo dentro do Direito de Família. A questão proposta é analisar a possibilidade da responsabilização civil dos adotantes no caso de devolução dos filhos. Afinal, após o processo de adoção, a criança ou adolescente adotado passa a ter os mesmos direitos que os filhos biológicos, portanto, não cabe “devolução”, sendo considerado abandono afetivo. A partir de pesquisa documental, inclusive processos julgados, verificou-se que os tribunais reconhecem a responsabilidade civil dos adotantes, para minimização dos danos sofridos.

Esses foram os aspectos dos 26 artigos sobre infância e adolescência que consideramos, neste momento, a fotografia dos artigos da Oikos. Esse panorama que traçamos foi um caminho possível, nunca o único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer a infância e a adolescência como um privilegiado campo interdisciplinar é o primeiro passo para o pesquisador e as Ciências Humanas e Sociais, como um todo, começarem a entender a magnitude do universo das infâncias e adolescências. Destacamos a importância de entender o papel delegado à infância no decorrer da história, pois percebemos que, em seu eterno movimento, não podemos cometer os mesmos erros de nossos ancestrais.

Diante de todas as transformações sociais ao longo da história e, entendendo que a história não é linear, as Ciências Humanas e Sociais devem começar a escutar as vozes da infância e da adolescência. Não a voz filtrada pela perspectiva do adulto e permeada por conceitos pré-estabelecidos, mas a voz daqueles que tem algo específico a ser dito.

A quantidade e diversidade de artigos publicados em uma revista na área das Ciências Humanas e Sociais, com o recorte “família e sociedade em debate”, indica a relevância que a infância e adolescência têm para a compreensão da sociedade. A diversidade das infâncias e adolescências precisam ser vistas por lentes que possam captar o que pensam e sentem a partir dos lugares onde vivem, de seus territórios. Precisamos dar significado ao seu presente, suas necessidades enquanto crianças e adolescentes, pois o seu tempo é “hoje”.

Ansiamos para que, nos próximos 40 anos, a infância e adolescência sejam vozes constantes, melódicas e promissoras na Revista OIKOS, como uma canção que traz esperança e transformação.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p.34-42.

CORSARO, William. A. Visões históricas da infância e das crianças. IN: ____ **Sociologia da Infância**. Porto Alegre, ArtMed, 2011, p. 73-123.

DELVAL, Juan. Os primeiros métodos para o estudo da criança. IN: **Introdução à Prática do Método Clínico. Descobrendo o pensamento das crianças**. Porto Alegre, ArtMed, 2002.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. Crianças e infâncias, sujeitos de investigação: bases teórico-metodológicas. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p.102-117.

FROTA, Ana Maria M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. Estudos e pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro, v. (07), 144-157. 2007. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812007000100013>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LEITE, Maria Isabel. Espaços de narrativa – onde o eu e o outro marcam encontro. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 118-140.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Infância como objeto de estudo; problemas e limites de análise. IN: ____ **sociedade e Infância no Brasil**. Brasília, Editora UNB, 2003, p. 27-55.

RIZZINI, Irene e BUSH, Malcolm. As infâncias do mundo. Reflexões sobre diversidade e perspectivas de inclusão. IBICT Inclusão Social, Brasília, v. (1), 79-82. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1521/1725>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ROCHA, Eloisa Alcires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 43-51.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e estudo da infância**. IN: VASCONCELOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. **Infância (In)visível**. Araraquara, Junqueira e Martins, 2007, p.25-49.

SOUSA, Sônia Gomes. O estudo da infância como revelador e desvelador da dialética exclusão-inclusão social. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 174-203.

SOUZA, Solange Jobim.; CASTRO, Lúcia rabelo. R. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. IN: CRUZ, Silvia Helena Vieira (orgs.). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 52-78.